



## ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PERSPECTIVAS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA COOPERATIVO PARA ASSENTADOS DE CÓRREGO RICO, MUNICÍPIO DE JABOTICABAL, ESTADO DE SÃO PAULO

---

Paulo Roberto Coutinho<sup>1</sup>, Cláudio Alberto de Castro<sup>2</sup>, Luciana Yoshida<sup>3</sup>, Marco Antonio de Andrade Belo<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Administrador de Empresas - Universidade Camilo Castelo Branco, Campus Descalvado, SP.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo autônomo, Jaboticabal/SP

<sup>3</sup>Zootecnista, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Jaboticabal/SP

<sup>4</sup>Professor Doutor em Medicina Veterinária- Universidade Camilo Castelo Branco, Campus de Descalvado, SP. Av. Hilário da Silva Passos, 950. Pq. Universitário, CEP 13.690-000, Tel.: +55(19) 3593-8575. Email.:maabelo@hotmail.com  
Jaboticabal/SP – Brasil

Recebido em: 04/05/2012 – Aprovado em: 15/06/2012 – Publicado em: 30/06/2012

---

### RESUMO

O presente trabalho estudou o desenvolvimento econômico e a perspectiva de implantação de um sistema cooperativo de produção agroindustrial para as famílias assentadas no loteamento da reforma agrária, pertencente ao distrito de Córrego Rico. Foram entrevistados 30 trabalhadores, perfazendo 63,8% do total de assentados no loteamento. Os resultados coletados no campo foram apresentados em cinco proposições: avaliar o valor de crédito rural oferecido pelo governo, caracterizar a aplicação dos recursos no assentamento, verificar o nível de renda dos assentados, estudar aspectos sociais do trabalho e identificar as expectativas para desenvolvimento econômico. Verificou-se que a renda mensal percapita gerada com crédito rural oferecido pelo governo é de R\$ 150,05, sendo inferior a um salário mínimo, resultado, principalmente, da má utilização destes recursos para o provimento de atividades agrícolas rentáveis e da ineficácia na assistência técnica oferecida pelo Estado. As expectativas dos assentados em relação ao apoio governamental demonstram que 66,67% dos entrevistados esperam ter melhor assistência técnica, sendo superior inclusive à expectativa de novos créditos rurais que foi de 56,67%, refletindo na consciência destes trabalhadores quanto à importância da assistência técnica para o sucesso na atividade. Com a perspectiva de que a representação técnica do governo utilizasse conhecimentos técnico-produtivos e mercadológicos para a elaboração de estratégias de trabalho coletivo e buscase convergir os interesses em atividades comprovadamente rentáveis para a região. Certamente, O crédito rural oferecido ao loteamento de Córrego Rico, aproximadamente R\$ 528.000,00, poderia gerir um sistema cooperativo altamente lucrativo, pois cerca de 73,33% dos entrevistados são conscientes da importância desta forma de trabalho no desenvolvimento sócio-econômico do assentamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** reforma agrária, crédito rural, cooperativismo, agroindústria.

# **STUDY OF ECONOMIC DEVELOPMENT AND PERSPECTIVE IMPLEMENTATION OF COOPERATIVE SYSTEM IN AGRARIAN REFORM ALLOTMENT FROM CORREGO RICO, CITY OF JABOITCABAL, STATE OF SÃO PAULO.**

## **ABSTRACT**

This research aimed to study the economic development and implementation of a cooperative system for agroindustrial production to families settled in the allotment of Brazilian agrarian reform, belonging to the district of Corrego Rico. It was interviewed 30 workers, making up 63.8% of total settlers in the allotment. The results collected in the field were presented in five propositions: to assess the value of rural credit offered by the government, to characterize the use of funds in the settlement, check the level of income of the settlers studying social aspects of work and identify the prospects for economic development. It was found that the per capita monthly income generated by rural credit offered by the government is R \$ 150.05, less than a minimum regular payment, primarily a result of misuse of these resources for the provision of agricultural activities profitable and inefficient in technical assistance offered by the state. The expectations of the settlers in regard to government support shows that 66.67% of respondents expect to have better service, exceeding even the expectations of new rural credit which was 56.67%, increasing the awareness of workers about the importance of technique assistance for success in the activity. Technical representative from the government could use know-how for the production and marketing strategies to work and seek collective interests converge in activities which could prove profitable for the region. Certainly, rural credit offered to the agrarian reform settlers from Corrego Rico, approximately R \$ 528,000.00, a cooperative system could manage highly profitable. About 73.33% of the respondents were aware of this way of working in socio-economic development of the agrarian allotment.

**KEYWORDS:** Agrarian reform, rural credit, cooperatives, agribusiness.

## **1. INTRODUÇÃO**

Criar uma política dinâmica e eficiente para o desenvolvimento agrário, aumentar a competitividade e a qualidade dos produtos agroindustrializados, buscar o suprimento das necessidades alimentares da população, assim como, elevar o excedente produtivo destinado à exportação, manifestam-se como importantes desafios para a política econômica brasileira. Segundo RITOSSA & BULGACOV (2009), o sistema agroindustrial brasileiro, consolidado desde a década de 70, representa o maior empreendimento gerador de divisas para o país, assumindo parcela significativa no Produto Interno Bruto (PIB), na balança comercial e na oferta de mão-de-obra.

As inserções do Brasil no processo de globalização associado à aptidão agroindustrial do país refletem a emergência da criação de programas de maximização dos meios produtivos, que devem agregar, entre outros, a utilização racional de latifúndios ociosos e a implantação de programas sociais de fixação do trabalhador no campo. Para KAGEYAMA et al., (1990) o processo de desenvolvimento econômico levou a grandes transformações na agricultura, resultando na desestruturação do complexo rural para instituição do sistema agroindustrializado. Tal modernização na agricultura brasileira trouxe, no entanto, desequilíbrios na concentração fundiária, êxodo rural, superexploração dos trabalhadores rurais e distribuição da renda no campo (CHRISTOFFOLI, 2007).

Segundo este autor, um dos objetivos da realização da reforma agrária é o de se obter um desenvolvimento sócio-econômico em bases equitativas e, portanto, diferenciando em relação ao atual modelo dominante na agricultura de nosso país, uma vez que o mesmo já se mostra insustentável, gerando concentração de terras, de riquezas e exclusão social no campo, além de degradação ambiental.

A necessidade de elaboração de um plano de reforma agrária eficiente apresenta-se, neste contexto, como o veículo propulsor para o desenvolvimento agrícola brasileiro, baseando-se em políticas de créditos específicos e de subsídios para as produções, aperfeiçoamento técnico-científico e gerenciamento de organizações de trabalho, tais como: associações e cooperativas. As cooperativas em assentamentos da reforma agrária apresentam papel fundamental na formação social do trabalhador e na construção de novas relações sociais de produção, mediadas pelo trabalho coletivo (SILVA, 2002). Assim, as cooperativas em assentamentos não devem se organizar apenas com objetivos econômicos, mas também com objetivos sociais e políticos, conscientizando os trabalhadores no fortalecimento do grupo e intensificando a capacidade produtiva (FABRINI, 2002). Da mesma forma, o conjunto de políticas públicas para a promoção da reforma agrária devem, do ponto de vista econômico, promover condições estruturais e universalizadas para a elevação da produtividade do trabalho em assentamentos, potencializando as iniciativas de cooperação, de modo a que estas se habilitem à disputa pela apropriação dos valores excedentes gerados como mais valia social do setor reformado (CHRISTOFFOLI, 2007).

Para PROTIL et al., (2008), o sistema de cooperativismo mostra-se como uma importante forma de incorporar valores dentro do processo produtivo, pois consegue prover, através da união dos cooperados, uma grande capacidade de barganha em todos os segmentos da cadeia produtiva, desde a comercialização de insumos, obtenção de novas tecnologias, estruturação operacional para manutenção de estoques reguladores, planejamento técnico da produção, até a comercialização final dos produtos, desta forma, conseguindo aumentar a concentração de renda nas mãos dos produtores agrícolas que passariam a dispor de mais recursos para as próximas safras (RODRIGUES, 1998). Em contraposição ao atual sistema produtivo que concentra o capital nas mãos dos atravessadores que manipulam o mercado, diminuindo significativamente o ganho do produtor e comprometendo, muitas vezes, as futuras produções.

As cooperativas agrícolas têm sido um dos principais meios pelos quais o mecanismo de compra e venda em comum beneficia o produtor (RITOSSA & BULGACOV, 2009). As cooperativas combinam características de associações, pessoas que se agrupam voluntariamente para atingir um fim comum, e de empresa democrática na qual os cooperados fornecem uma parte equitativa do capital necessário e aceitam uma justa participação dos riscos e ganhos (PINHO, 1984; EMMENDOERFER et al., 2007). A estrutura cooperativa de produção agrícola dinamiza os setores produtivos, refletindo em aumento na renda do trabalhador rural e oferta de empregos no campo, pois facilmente garante interesses sócio-econômicos coincidentes entre produtores rurais e agroindústria (SILVA, 1999; PROTIL et al., 2008). O governo brasileiro implantou e difundiu uma política específica para o sistema cooperativista de produção agrícola que consistia em atingir a auto-suficiência no abastecimento de alimentos para o mercado interno e viabilizar suas políticas agrárias com linhas de crédito específicas (BENETTI, 1998). Obviamente que o pressuposto de produtividade e de empregabilidade do agronegócio, amplamente dominante na economia brasileira, não serve para

desenvolver assentamentos da reforma agrária que apresentam também como objetivos primordiais estabelecer a igualdade social e justiça distributiva (DELGADO, 2007).

LIEBHARDT (1982) e NETO (2004) descrevem o sistema cooperativo de produção agrícola como um dos mecanismos capazes de promover justiça social no campo, descentralizando o crédito rural e atendendo uma parcela maior de pequenos produtores. Pois segundo LIMA (2005) e MASSUQUETTI et al. (2010), a concentração de crédito rural revela-se como um dos principais problemas das políticas de desenvolvimento agrário brasileiro. Desde que o crédito rural tem a finalidade de garantir ao produtor condições para viabilizar a produção através da compra de insumos e no custeio da atividade até a comercialização. Dentro da política oficial de crédito rural, as cooperativas tornaram-se importantes instrumentos no repasse de capital aos cooperados, facilitando sua fixação no campo e o processo de modernização da agricultura (BIANCO et al., 1998; NETO, 2004; EMMENDOERFER et al., 2007).

A constituição de novas cooperativas deverá, contudo, buscar um objetivo claro na orientação dos negócios, não se afastando de uma meta factível de longo prazo, em que estabelecer corretamente o mercado de atuação e as estratégias de gestão, representarão o caminho do sucesso econômico e social a ser seguido pelo empreendimento coletivo (BIALOSKORSKI, 2000). A viabilização de cooperativas agrícolas em assentamentos da reforma agrária brasileira revela-se, portanto, como uma expectativa importante no desenvolvimento sócio-econômico do país.

## **2 – METODOLOGIA DE ANALISE**

O trabalho foi desenvolvido na Universidade Camilo Castelo Branco, Campus de Descalvado/SP. Os dados foram coletados no assentamento da reforma agrária no distrito de Córrego Rico, pertencente ao município de Jaboticabal. Todo o estudo econômico do projeto foi avaliado segundo as linhas de crédito rural oferecidas aos assentados pelo Governo, programa PRONAF A (R\$ 12.000,00 de financiamento agrícola com taxa de juros de 4%aa. e carência de 36 meses para início da amortização). Para facilitar a compreensão e discussão dos resultados, os dados coletados no campo foram apresentados na forma de tabelas e gráficos, assim como, agrupados em cinco proposições: avaliar o valor de crédito rural oferecido pelo governo, caracterizar a aplicação dos recursos no assentamento, verificar o nível de renda dos assentados, estudar aspectos sociais do trabalho e identificar as expectativas para desenvolvimento econômico.

### **2.1 Coleta de Dados**

A coleta de dados dos assentados foi realizada *in loco*, através de um questionário (em anexo) delineado para identificação e determinação de aspectos econômicos e psico-sociais do trabalhador. Optou-se por fazer questões abertas, para que o entrevistado pudesse expor claramente seu ponto de vista e não ficasse limitado às perguntas previamente estabelecidas para cada item analisado.

### **2.2 Amostragem**

Foram entrevistados 30 trabalhadores em dois meses de coleta realizadas em fins de semana, perfazendo 63,8% do total de assentados no loteamento. As

entrevistas foram realizadas com os responsáveis pelo lote.

### 2.3 Análise dos Dados

Os dados foram agrupados para análise de significância e através das frequências observadas foram constituídas as médias para cada parâmetro. Os resultados obtidos para a receita mensal do lote e receita mensal percapita no assentamento foram apresentados em histogramas, facilitando a compreensão e interpretação dos mesmos.

## 3 – RESULTADOS

Os resultados obtidos no estudo do assentamento de Córrego Rico, avaliando o valor de crédito rural oferecido pelo governo, a aplicação dos recursos no assentamento, o nível de renda dos assentados, aspectos sociais do trabalho e expectativas de desenvolvimento econômico, estão apresentados nos itens de 4.1 a 4.5, respectivamente.

### 3.1 Crédito Rural Disponibilizado no Assentamento

A Tabela 1 apresenta os valores de crédito rural individual e total oferecidos pelo governo aos 30 assentados participantes deste estudo, assim como, a representação percentual e as projeções da soma de recursos aplicados pelo governo em Córrego Rico.

**Tabela 1** - Crédito rural oferecidos pelo governo aos assentados de Córrego Rico.

	Financiamento	Sem financiamento	Total amostrado	Total estimado
Nº de assentados	28,00	2,00	30,00	44,00
Percentual (%)	93,30	6,60	100,00	93,30
Valor individual recebido (R\$)	12000,00	0,00	12000,00	12000,00
Total (R\$)	336000,00	0,00	336000,00	528000,00

Verifica-se que 93,3 % dos assentados receberam financiamento oferecido pelo governo, programa Pronaf A no valor individual de R\$ 12.000,00 com período carência de 36 meses para início da amortização e taxa de juros de 4% aa., totalizando R\$ 336.000,00 de crédito disponibilizado. Apenas 6,6 % dos entrevistados não haviam ainda recebido o financiamento como resultado de problemas de regularização do projeto de desenvolvimento agrário no lote. Quando estima-se o total de recursos oferecidos aos 47 assentados do loteamento na mesma proporção dos 30 assentados entrevistados (93,3%), projeta-se um investimento na ordem de R\$ 528.000,00.

### 3.2 Aplicação dos Recursos no Assentamento

Para facilitar a identificação e caracterização das atividades agrárias desenvolvidas no assentamento resultante do provimento financeiro oferecido pelo governo, os resultados percentuais de investimento dos 28 assentados que receberam o crédito rural estão apresentados na Tabela 2 e ilustrados na Figura 1.

Tabela 2 - Investimento do financiamento dos 28 assentados pesquisados

Investimento	Nº de Assentados	Percentual (%)
Infra-estrutura	19	67,86
Criação de suíno	17	60,71
Criação de boi	11	39,29
Máquinas	6	21,43
Moradia	4	14,29
Criação de aves	4	14,29
Cultivo de arroz	4	14,29
Cultivo de milho	4	14,29
Cultivo de pupunha	4	14,29
Cultivo de café	3	10,71
Cultivo de feijão	3	10,71
Trator	3	10,71
Outras culturas	2	7,14
Cavalos	1	3,57

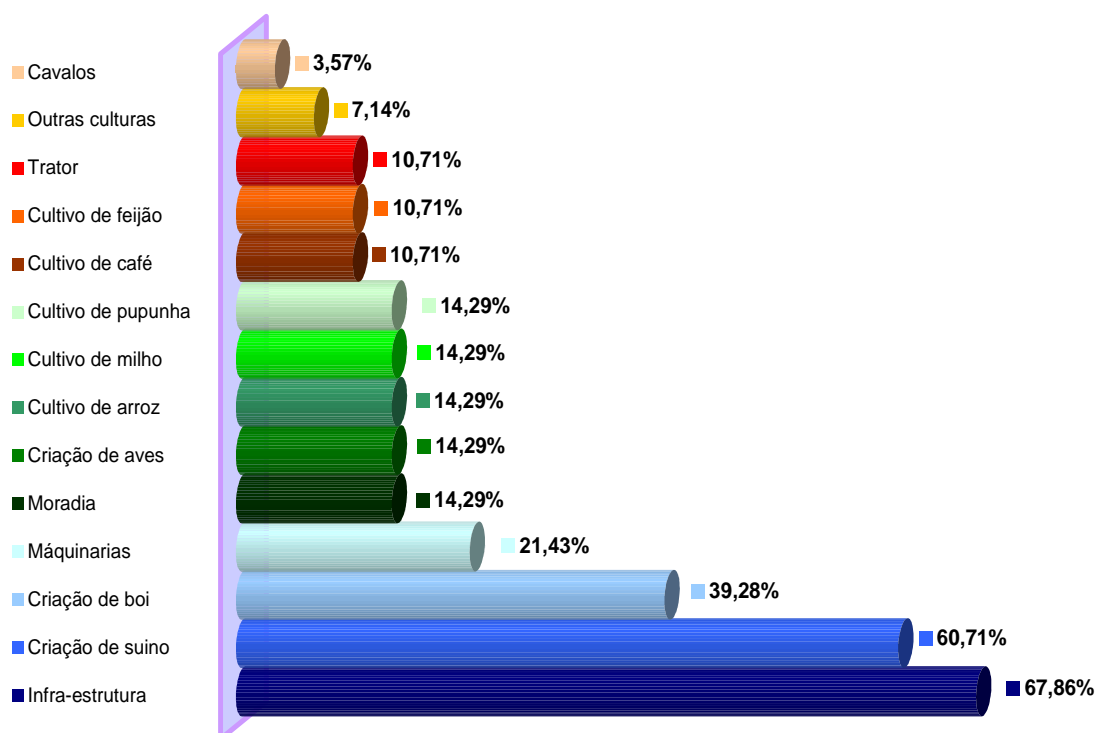


Figura 1 . Percentual de investimento do financiamento dos 28 assentados pesquisados

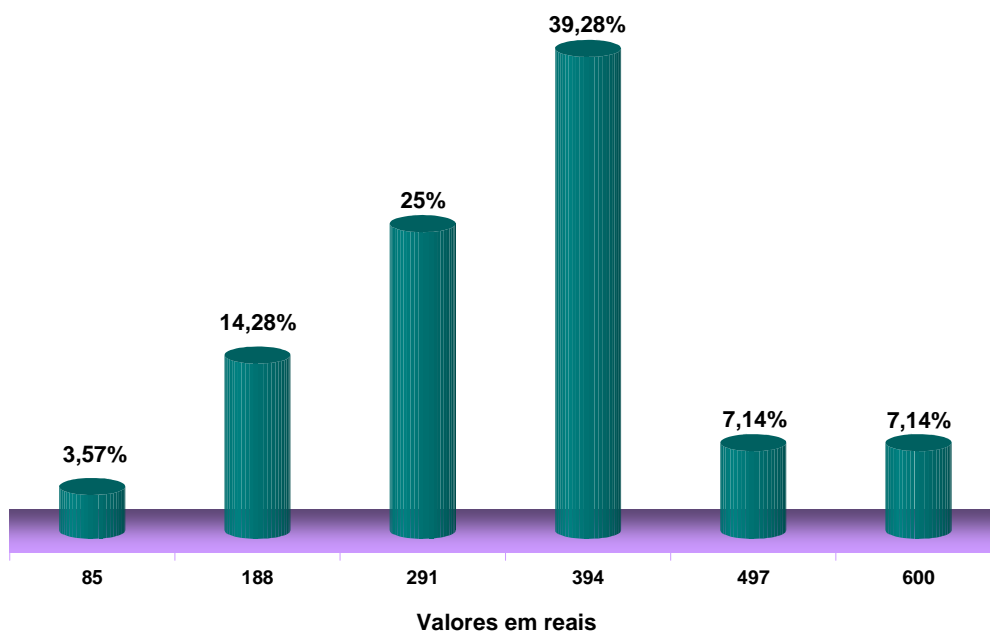
Verifica-se um elevado investimento em infra-estrutura (67,86%), criação de suíno (60,71%), criação de bovinos (39,28%) e maquinarias (21,43%). No entanto, observa-se baixos investimentos em culturas básicas como Milho (14,29%), arroz (14,29%) e feijão (10,71%), apesar de inúmeros assentados plantarem estas culturas para subsistência e não como atividade econômica.

### 3.3 Nível de Renda dos Assentados

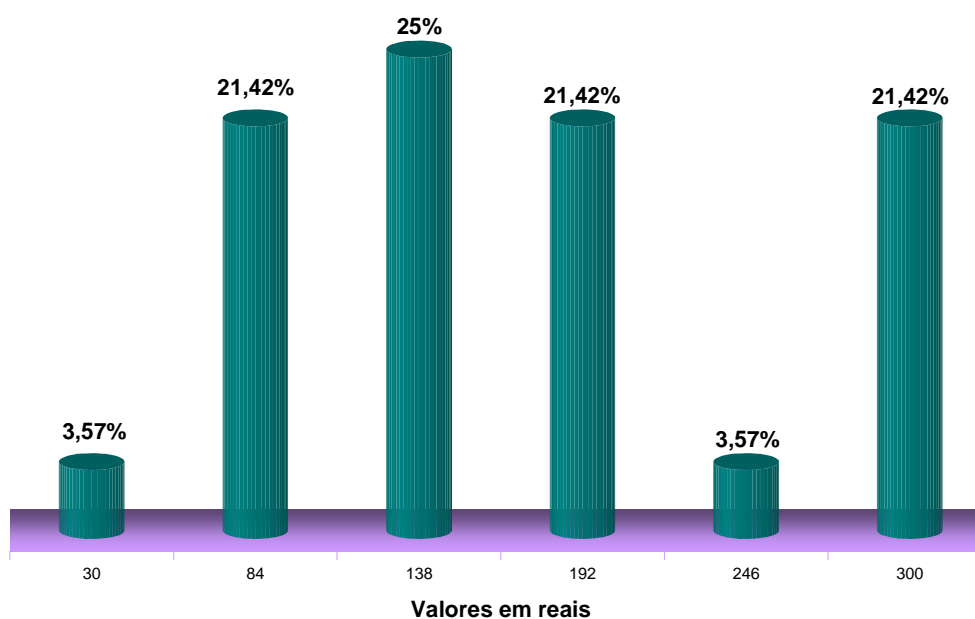
A Tabela 3 apresenta os valores de renda individual de cada assentado, o número de trabalhadores por lote e a renda percapita, assim como, os valores totais de cada parâmetro analisado. Para facilitar a interpretação dos resultados, as frequências observadas foram analisadas em histograma e estão apresentadas nas Figuras 2 e 3, para renda individual e percapita, respectivamente.

**Tabela 3** - Renda mensal dos 28 assentados que receberam o financiamento

<b>Assentado</b>	<b>Renda do lote (R\$)</b>	<b>Nº de pessoas</b>	<b>Renda percapita (R\$)</b>
2	300,00	1	300,00
10	600,00	2	300,00
13	300,00	1	300,00
17	300,00	1	300,00
20	300,00	1	300,00
11	250,00	1	250,00
5	460,00	2	230,00
4	330,00	2	165,00
1	300,00	2	150,00
12	300,00	2	150,00
18	300,00	2	150,00
22	300,00	2	150,00
27	300,00	2	150,00
14	420,00	3	140,00
8	270,00	2	135,00
25	250,00	2	125,00
3	120,00	1	120,00
19	200,00	2	100,00
23	300,00	3	100,00
28	200,00	2	100,00
7	85,00	1	85,00
24	250,00	3	83,33
16	240,00	3	80,00
15	300,00	5	60,00
26	120,00	2	60,00
9	150,00	3	50,00
6	150,00	4	37,50
21	600,00	20	30,00
<b>Total</b>	<b>7995,00</b>	<b>77,00</b>	<b>4200,83</b>
<b>Valor médio</b>	<b>285,54</b>	<b>2,75</b>	<b>150,03</b>



**Figura 2** . Histogramada da renda mensal dos 28 assentados que receberam o financiamento.



**Figura 3** - Histogramada da renda percapita mensal dos 28 assentados que receberam o financiamento.

Verifica-se que 39,28% dos assentados apresentam renda mensal no lote de R\$ 394,00 e 25,0% renda mensal de R\$ 291,00 (Figura 2), juntos estes valores totalizam 64,28% dos entrevistados. Tais valores se aproximam do valor médio total de renda mensal observado na Tabela 3 de R\$ 285, 54. Observa-se, no entanto, que 3,57% com renda mensal de R\$ 85,00 e 14,21% com renda mensal de R\$ 188,00 (Figura 2), totalizando 17,85% dos assentados, apresentam renda inferior aos valores medianos na análise do histograma. Por outro lado, 7,14 % com renda



mensal de R\$ 497,00 e 7,14% com renda mensal de R\$ 600,00 (Figura 2), totalizando 14,28% dos assentados, apresentaram renda superior aos valores medianos na análise do histograma.

Na análise do histograma da renda percapita mensal (Figura 3), observa-se uma alteração significativa da renda dentro do assentamento, em que 21,42% com renda de R\$ 84,00, 25,00% com renda de R\$ 138,00 e 21,42% com renda de R\$ 192,00 (Figura 3) totalizam juntos 67,84% dos assentados entrevistados, demonstrando a mesma tendência observada no valor médio para renda percapita na Tabela 3 de R\$ 150,05. Apenas 3,57% dos assentados apresentaram valores de renda percapita menores do que os valores medianos para este parâmetro no histograma. Entretanto, 3,57% com renda percapita de R\$ 246,00 e 21,42% com renda percapita de R\$ 300,00, totalizado 25% dos assentados entrevistados, apresentam renda percapita maior do que os valores medianos para esta análise.

### 3.4 Aspectos Psico-Sociais do Trabalho no Assentamento

O estudo do suprimento das necessidades básicas com o uso da terra para os 30 assentados entrevistados está apresentado na Tabela 4. Constata-se que 76,67% dos assentados não conseguem suprir suas necessidades básicas com o uso da terra.

**Tabela 4 -** Suprimento das necessidades básicas com o uso da terra

	Nº de Assentados	Percentual (%)
Consegue suprir	7	23,33
Não Consegue suprir	23	76,67

A Tabela 5 apresenta o estudo da atividade profissional de cada entrevistado antes de serem assentados. Verifica-se que 60,0% dos assentados trabalhavam no corte da cana-de-açúcar, segmento agro-industrial altamente desenvolvido na região, 13,33% trabalhavam na roça e 26,67% desenvolviam outras atividades profissionais.

**Tabela 5 -** Atividade profissional antes de ser assentado

Trabalhava	Nº de Assentados	Percentual (%)
Corte de Cana	18	60,00
Roça	4	13,33
Outras atividades	8	26,67
Total	30	100

Na tentativa de verificar os aspectos éticos nas atividades de trabalho desenvolvidas no assentamento, questionou-se a qualidade técnica dos profissionais do Instituto de Terras de São Paulo - ITESP (Tabela 6) e a possível existência de privilégios na distribuição de benefícios oferecidos pelo governo (Tabela 7). Verifica-se que 53,33% dos assentados não acreditam na capacidade técnica dos profissionais do ITESP, responsáveis pelo desenvolvimento agrário no

assentamento, 13,33% acreditam que estes profissionais precisam melhorar e apenas 33,33% dos entrevistados acreditam na capacidade técnica dos mesmos (Tabela 6). Em relação à distribuição dos benefícios oferecidos pelo governo, 50% dos assentados acreditam que exista igualdade e 50% afirmam existir privilégios na locação e oferecimento dos mesmos (Tabela 7).

**Tabela 6** - Crença na qualidade técnica dos profissionais do ITESP

	Nº de Assentados	Percentual (%)
Precisa melhorar	4	13,33
Acredita	10	33,33
Não acredita	16	53,33
Total	30	100

**Tabela 7** - Existência de privilégios na distribuição de benefícios oferecidos pelo governo

	Nº de Assentados	Percentual (%)
Existe	15	50,00
Não existe	15	50,00
Total	30	100

Na tentativa de verificar a afinidade do assentado para o trabalho comunitário, as Tabelas 8 e 9 apresentam os resultados da existência de atividades comunitárias no assentamento e da opinião dos assentados quanto ao trabalho comunitário, respectivamente. Observa-se que 93,33% dos entrevistados afirmam que não existe trabalho comunitário atualmente no assentamento e 6,66% dizem que o trabalho comunitário ocorre de maneira regular e não intensa (Tabela 8). No entanto, 73,33% dos entrevistados acreditam na importância do trabalho comunitário no assentamento, 16,67% não acreditam no trabalho comunitário e 10% afirmam ser difícil à implantação de um sistema produtivo comunitário.

**Tabela 8** - Existência de trabalho comunitário no assentamento

	Nº de Assentados	Percentual (%)
Existe	2	6,67
Não existe	28	93,33
Total	30	100

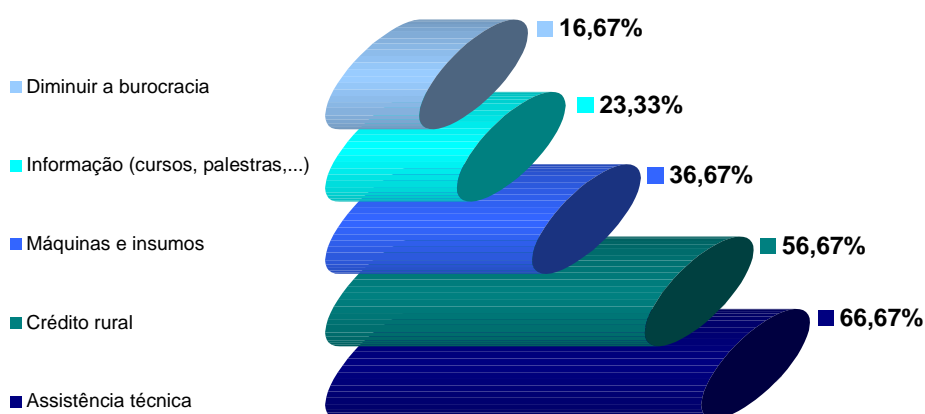
**Tabela 9** - Acredita no trabalho comunitário

	Nº de Assentados	Percentual (%)
Importante	22	73,33
Não é possível	5	16,67
Difícil pra organizar	3	10,00
Total	30	100

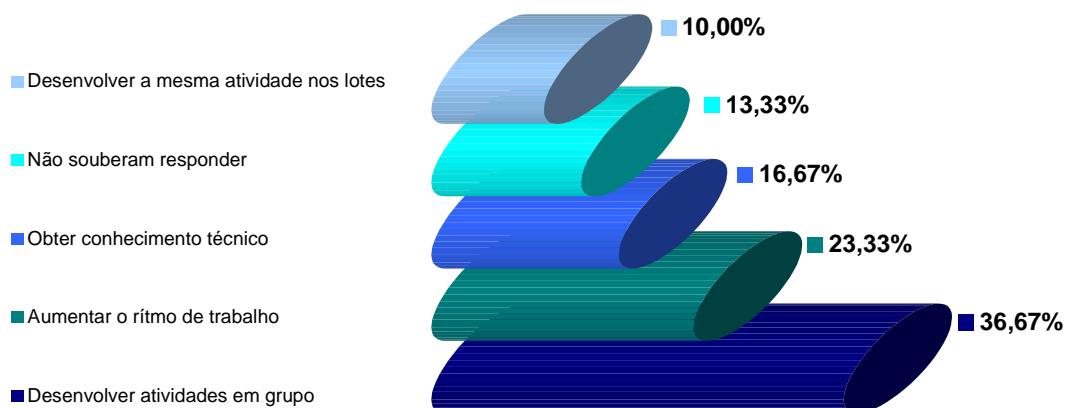
### 3.5 Expectativas de desenvolvimento econômico

Para o estudo das projeções de desenvolvimento econômico no assentamento de Córrego Rico analisou-se as expectativas do assentado quanto ao apoio governamental (Tabela 10) e o que seria necessário para o assentado obter sucesso na atividade agrária (Tabela 11).

Verifica-se que 66,67% dos entrevistados acreditam no oferecimento governamental de assistência técnica para a produção, 56,67% citam o aumento de crédito rural, 36,67% no oferecimento de máquinas e insumos, 23,33% no aumento de cursos e palestras técnicas e 16,67% na diminuição dos processos burocráticos da produção agrária (Tabela 10 e Figura 4). No entanto, observa-se que 36,67% acreditam no desenvolvimento de atividades em grupo para o sucesso do assentamento, 23,33% crêem no aumento de ritmo de trabalho, 16,67% na obtenção de conhecimentos técnicos e 10,0% em desenvolver a mesma atividade em todo o assentamento (Tabela 11 e Figura 5).



**Figura 4-** Expectativa de apoio governamental para o desenvolvimento do assentamento



**Figura 5-** Expectativas para o sucesso do assentamento no futuro

## 5. DISCUSSÃO

No estudo das relações econômicas e dos aspectos psico-sociais do trabalhador assentado no loteamento da reforma agrária de Córrego Rico, pertencente ao município de Jaboticabal – SP, foi possível identificar diversas correlações que permitem discutir a possibilidade de implantação de um sistema cooperativo de produção agrícola, assim como, as políticas de desenvolvimento agrário e a qualidade técnica dos profissionais do Estado que oferecem assessoria aos assentados.

Partindo da estimativa de que o governo tenha oferecido como linha de crédito R\$ 528.000,00 aos assentados em Córrego Rico, sem levar em consideração outras prestações de serviço, tais como a utilização de hora máquina e visitas técnicas, e que o referido investimento gerou uma renda percapita média de R\$ 150,05, totalizando R\$ 7.995,00 por mês, torna-se evidente a ineficiência das políticas de desenvolvimento agrário no Estado. Pois, deve-se levar em consideração que além da incapacidade destas em gerar renda no assentamento, tais políticas deixaram como herança uma dívida para cada trabalhador com o Estado, que em conformidade com os achados deste estudo, 76,67% não conseguem nem suprir suas necessidades básicas, com gastos escolares, alimentação, remédios, entre outros, quanto mais saldar seus débitos no futuro.

Buscando entender as possíveis falhas existentes no processo de assentamento dos trabalhadores no campo, estudou-se o investimento realizado por cada assentado com o provimento de crédito oferecido pelo governo, tal análise oferece subsídios necessários para uma compreensão melhor dos fatos. Cerca de 60,71% dos assentados investiram parte de seus recursos no desenvolvimento de suinoculturas, comprando animais e investindo em pocilgas. Entretanto, o alto emprego de tecnologia para a criação intensiva de suínos, resultante do elevado índice zootécnico dos animais que consomem grandes quantidades de ração e à baixa resistência imunológica destes animais que necessitam de rigoroso controle

sanitário (SOBESTIANSKY et al., 1998), inviabilizaram totalmente a atividade no assentamento, representando um prejuízo enorme aos produtores. 39,29% dos assentados compraram bovinos e colocaram no pasto, sabe-se que a bovinocultura tanto de leite quanto de corte necessita de grandes áreas e/ou investimentos elevados para se tornarem atividades rentáveis. A ocorrência de problemas como estes são resultantes de uma baixíssima qualidade técnica dos profissionais do Estado que teriam a obrigação de orientá-los neste sentido e, portanto, não aprovar projetos com estas finalidades. Outro exemplo claro de incapacidade técnica foi à liberação do plantio da pupunha, espécie de palmito, em cerca de 14,29% dos assentados, sabe-se que este cultivar exige elevadíssimas quantidades de água para a produção (RAMOS, 1996; BOVI, 1998), não se enquadrando às condições climáticas da região que apresenta estiagens de até 4 meses, somente se houvesse investimentos vultuosos com irrigação e disponibilidade de água para cultivo, o que não era a realidade dos trabalhadores assentados.

Observa-se também que investimentos em infra-estrutura (67,86%) foram muito significativos e estes incluem, entre outros, gastos com a construção de cercas e instalações para os animais, não gerando renda para as futuras safras. Novamente, a falta de orientação técnica refletiu em perdas significativas no processo produtivo, prejudicando o desenvolvimento agrário no assentamento.

Neste estudo, verifica-se que 53,33% dos assentados não acreditam na qualidade técnica dos profissionais do ITESP e 13,33% dos entrevistados afirmaram que os profissionais precisam melhorar tecnicamente, tais achados corroboram com o insucesso das atividades desenvolvidas no assentamento e com as expectativas dos assentados em relação ao apoio governamental, em que 66,67% dos entrevistados esperam ter melhor assistência técnica. Tal valor é superior inclusive à expectativa de novos créditos rurais que foi de 56,67%, refletindo na consciência destes trabalhadores quanto à importância da assistência técnica para o sucesso na atividade.

Outro aspecto importante está relacionado ao histórico profissional de cada trabalhador assentado, dos quais 60,0% dos entrevistados são provenientes da indústria álcool-açucareira e trabalhavam no corte da cana-de-açúcar e 26,67% exerciam outras atividades, não relacionadas à produção da terra. Portanto, 86,67% dos assentados entrevistados não apresentavam retrospecto favorável para agregar valor na atividade agrária, necessitando de um amparo técnico ainda maior. O sistema de seleção para alocação de lotes na política fundiária deve, neste contexto, priorizar trabalhadores que foram marginalizados do processo produtivo rural, resultante do intenso processo de mecanização na agricultura dos últimos anos.

O sistema de reforma agrária empregado pelo governo neste assentamento não estimula o trabalho coletivo, isto é, a agregação de valores no processo produtivo que poderiam ser obtidos com a instituição de uma cooperativa ou uma associação agropecuária. Neste estudo, verificou-se que 93,33% dos entrevistados não desenvolvem atividades comunitárias de trabalho cooperativo entre os assentados, no entanto, cerca de 73,33% dos entrevistados são conscientes da importância desta forma de trabalho. Mas ao mesmo tempo não conseguem sozinhos agregar estes valores ao sistema de produção, provavelmente, resultantes do baixo nível de escolaridade e falta de organização e liderança dentre os mesmos. Concomitantemente, a análise da expectativa para o sucesso econômico na atividade agrária demonstra que 36,37% dos assentados acreditam no desenvolvimento de uma atividade coletiva. Tal resultado apresenta maior expressividade quando associado à expectativa de 10% dos entrevistados em

desenvolver a mesma atividade produtiva em todos os lotes do assentamento, isto é, totalizando quase 50 % dos assentados entrevistados.

Com a perspectiva de que a representação técnica do governo utilizasse conhecimentos técnico-produtivos e mercadológicos para a elaboração de estratégias de trabalho coletivo e buscasse convergir os interesses em atividades comprovadamente rentáveis para a região. Certamente, O crédito rural oferecido ao loteamento de Córrego Rico, aproximadamente R\$ 528.000,00, poderia gerir um sistema cooperativo altamente lucrativo. Neste contexto, GONÇALVES (2001) estudou o custo produtivo de hortaliças na região de Jaboticabal, demonstrado que a atividade consegue agregar enorme valor à produção, pois o produtor gera uma receita líquida de R\$ 0,36, R\$ 0,20, R\$ 0,55 e R\$ 0,54 por maço de alface crespa, alface americana, couve manteiga e brócolis comercializado, respectivamente. PALARETI (2002) verificou um aumento no consumo de hortaliças orgânicas no mercado varejista de Ribeirão Preto. Um aspecto extremamente relevante é o fato da ação negativa exercida pela monocultura da cana-de-açúcar na região, encarecendo as hortaliças no varejo e justificando mais ainda a necessidade de se estabelecer um sistema produtivo de abastecimento local que reduziria sensivelmente o custo agregado com transporte.

## 6. CONCLUSÃO

Caso as políticas de desenvolvimento agrário prestassem atenção a estas questões e locassem profissionais capacitados para avaliar a situação e auxiliar na organização destes sistemas de trabalho, recursos como os investidos no assentamento de Córrego Rico que devem também levar em consideração o valor venal da terra, estariam gerando renda aos trabalhadores assentados e divisas para a nação, correspondendo às expectativas de 190 milhões de brasileiros em aumentar a oferta de produtos agrícolas, reduzir o custo final no varejo e diminuir a injustiça social no campo. Não é admissível que um país como o Brasil com as dificuldades de estabilidade econômica, associado a uma gigantesca pobreza, enfrente as questões agrárias com tal amadorismo, pois políticas sérias de investimento devem estar incorporadas a um melhor desenvolvimento técnico dos profissionais que representam o Estado. Caso contrário, a reforma agrária brasileira continuará servindo para acalmar os ânimos dos que se aproveitam de movimentos sociais fundiários.

## REFERÊNCIAS

BENETTI, M.D. As relações entre o estado e o cooperativismo: análise do período de 1933 37. In: BENETTI, M.D.; FRANTZ, T.R. **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul**. 2ªed. Porto Alegre: FEE, p.5-34, 1998.

BIALOSKORSKI NETO, S. Agribusiness cooperativo. In: NEVES, M.F.; ZYLBERZTAJN, D. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, p.235-253, 2000.

BIANCO, J. et al. Revitalização do segmento cooperativista agropecuário. **Congresso de economia e sociologia rural**, Poços de Caldas, p.36,1998.

BOVI, M.L.A. Palmito pupunha informações básicas para o cultivo. Campinas; **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.8, N.14; p. 2087 - 2012

**Instituto Agrônômico**, 1998, 55 p. (Boletim técnico, IAC, 173).

CHRISTOFFOLI, P.I. Estímulo à cooperação entre os beneficiários da reforma agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 34, n.2, p.135-148, 2007.

DELGADO, G.C. Condições para o desenvolvimento dos projetos de Assentamento: alguns aspectos econômicos. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 34, n.2, p.119-124, 2007.

EMMENDOERFER, M.L.; VASCONCELOS, A.M.A.; FONSECA, P.C. Economia social no contexto da gestão do sistema cooperativista, **Sinergia**, Rio Grande, v.11, n.2, p.21-28, 2007.

FABRINI, J.E. Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa. **Tese de Doutorado**, Presidente Prudente, UNESP/ FCT. 2002. 294p.

GONÇALVES, T.F. Custo de produção e rentabilidade de algumas hortaliças em propriedade agrícola em Jaboticabal – SP. **Trabalho de graduação**. UNESP – Jaboticabal, 2001. 42p.

KAJEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. et al. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília, IPEA, p.113-223, 1990.

LIEBHARDT, M.E. **O sistema cooperativo agrícola brasileiro: comercialização, integração vertical e crédito**. Brasília, CFP, 1982. 88p.

LIMA, R.A.S. Avaliação da política de crédito rural e a teoria insumo-produto: um artigo-resenha. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v.13, n.24, p. 125-138, 2005.

MASSUQUETTI, A.; SOUZA, O.T.; BEROLDT, L.A. Instrumentos de política agrícola e mudanças institucionais. **28º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Campo Grande-MS, p.1-20, 2010.

NETO, S.B. Cooperativismo é economia social, um ensaio para o caso brasileiro. **III Seminário Tendências para o Cooperativismo Contemporâneo**, Cuiabá-MT, p. 1-13, 2004.

PALARETI, M.B. O mercado varejista de hortaliças orgânicas na cidade de Ribeirão Preto. **Trabalho de graduação**. UNESP – Jaboticabal, 2002. 40p.

PINHO, D.B. Empresa cooperativa. In: PINHO, D.B. – **Manual de cooperativismo**. São Paulo, CNPq, V.3, p.15-40, 1984.

PROTIL, R.M.; MARTINS, M.M.C.; DOLIVEIRA, S.L.D. Diagnóstico e perspectivas do benchmarking no contexto das cooperativas agroindustriais paranaenses. **V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo**, Ribeirão

Preto/SP, p.2-20, 2008.

RAMOS, A. Desenvolvimento vegetativo da pupunheira (*Bactris gasipaes Kunth*) irrigada por gotejamento em função de diferentes níveis de água no solo. Piracicaba, **Dissertação de Mestrado em Agronomia**, ESALQ – USP, 1998, 66p.

RITOSSA, C.M.; BULGACOV, S. Internationalization and diversification strategies of agricultural cooperatives: a quantitative study of the agricultural cooperatives in the State of Parana. **Brazilian Administration Review**, v.6, n.3, p.187-212, 2009.

RODRIGUES, R. O papel do marketing no desenvolvimento das cooperativas brasileiras. **Revista da ESPM**. p.48-50, 1998.

SILVA, J.G. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre, Universidade / UFRGS, 1999. 238p.

SILVA, R.L.P. Aspectos organizacionais de cooperativas tradicionais e de movimentos sociais rurais: estudo comparativo entre a cooperativa nacional agroindustrial – CONAI (SP) e a cooperativa de produção agropecuária Vitória – COPAVI (PR). **Trabalho de graduação**. UNESP – Jaboticabal, 2002. 96p.

SOBESTIANSKY, Y. et al. Suinocultura intensiva, produção, manejo e saúde do rebanho. **Embrapa – CNPSA**, 1998.



### QUESTIONÁRIO

#### A. Identificação do assentado

- 1) Nome:.....  
2) Idade:..... Sexo:..... Origem:.....

#### B. Histórico de vida pessoal e profissional

- 1) Qual era a sua atividade profissional antes de ser assentado?  
.....  
.....
- 2) Você gostava do que fazia?  
.....  
.....
- 3) Qual era o aspecto mais negativo do seu antigo trabalho e o mais positivo?  
.....  
.....
- 4) Qual (ais) o (s) motivo (s) que trouxe você ao assentamento?  
.....  
.....
- 5) O assentamento atinge às suas expectativas de trabalho (realização pessoal e profissional)?  
.....  
.....

#### C. Aspectos econômicos

- 1) Você já recebeu algum tipo de financiamento do governo? Se sim, quanto de crédito você recebeu? Qual a forma de pagamento?  
.....  
.....
- 2) O que você fez ou está fazendo com o dinheiro?  
.....  
.....
- 3) Qual a sua renda mensal? Quanto desta renda vem do assentamento? Quantas pessoas trabalham no lote?  
.....  
.....

## Curso de Administração

4) Você consegue suprir as necessidades básicas com o uso da terra?

.....

### D. Nível de organização do trabalho

1) De que forma você organiza o trabalho no seu lote?

.....

.....

2) Como ocorre o trabalho comunitário no assentamento?

.....

.....

3) O que você acha do trabalho comunitário?

.....

.....

4) Como o governo poderia ajudar esta organização do trabalho no assentamento?

.....

.....

5) Qual a maior dificuldade você encontra para desenvolver atividades no lote? E para resolvê-las em grupo?

.....

.....

### E. Inserção na ética do trabalho

1) Você acredita na qualidade técnica dos profissionais do ITESP?

.....

.....

2) Existe um empenho dos outros assentados na solução de problemas individuais seus?

.....

.....

3) Existe uma distribuição organizada e correta dos benefícios oferecidos pelo governo? Ou existe privilegio para alguns? Ou ate para outros assentamentos fora de Córrego Rico?

.....

.....

4) Como você acha que deveria ser essa distribuição?

.....

.....

### F. Identificação com a atividade

1) Na sua rotina de trabalho no lote, qual a atividade que você mais gosta?

.....  
.....

2) Você acha que seria possível, na atual situação, sobreviver somente desta atividade? O que seria necessário para que isso fosse possível?

.....  
.....

### G. Relacionamento familiar

1) Como era a sua vida familiar e pessoal (relacionamento) antes de vir para o assentamento?

.....  
.....

2) E no início do assentamento o que mudou?

.....

3) E agora, o que mudou neste período de assentamento?

.....  
.....

### H. Projetos e perspectivas

1) Em termos de futuro, o que você acha que pode acontecer no relacionamento familiar, resultado do desenvolvimento das atividades no lote?

.....  
.....

2) E no relacionamento com os outros assentados?

.....  
.....

3) como você imagina o seu futuro no assentamento?

.....  
.....

4) O que o governo pode ajudar para que seus planos e metas sejam atingidos?

.....  
.....

5) Na sua opinião, qual é o caminho para o seu sucesso e dos demais assentados?

.....  
.....

